

ATUALIDADE

SÓ O CHEGA QUER INVESTIGAR AS CUNHAS NO CASO DAS GÊMEAS

PÁG. 02



POLÍTICA

MARCELO CONDECOROU SPÍNOLA SEM DIVULGAR PUBLICAMENTE

PÁG. 04

POLÍTICA

CHEGA VOTA CONTRA MOÇÃO DE REJEIÇÃO APRESENTADA PELO PCP

PÁG. 04

PAÍS

40 ACUSADOS DE OBTENÇÃO INDEVIDA DE SUBSÍDIOS

PÁG. 05

SÓ O CHEGA QUER INVESTIGAR AS CUNHAS NO CASO DAS GÊMEAS

N POR FOLHA NACIONAL

O CHEGA vai mesmo avançar sozinho para a investigação ao caso das gémeas brasileiras que foram tratadas em Portugal por 4 milhões de euros. O pedido de comissão parlamentar de inquérito já tinha sido anunciado na semana passada, mas nem PS nem PSD se qui-

seram juntar, pelo que o partido de André Ventura irá avançar para essa comissão de forma potestativa.

O requerimento foi subscrito por 46 dos 50 deputados do CHEGA, uma vez que é o máximo de deputados que podem subscrever esta iniciativa, sendo que a propos-

ta teria de ser votada em plenário, mas foi substituída por um requerimento potestativo.

Em declarações aos jornalistas na Assembleia da República, o presidente do CHEGA indicou que o partido tinha "entregado esta manhã um pedido normal, ordinário", para a constituição de uma co-

missão parlamentar de inquérito, proposta que teria de ser votada em plenário, mas "foi substituído por um requerimento potestativo". "Informe o senhor presidente da Assembleia da República que decidimos requerer uma comissão parlamentar de inquérito potestativa", referiu Ventura.

Esta possibilidade tinha sido admitida por André Ventura no passado dia 3 de abril, quando anunciou que iria impor a constituição uma comissão parlamentar de inquérito ao caso das gémeas luso-brasileiras tratadas no Hospital de Santa Maria, caso não existisse acordo do PSD



© Folha Nacional



até sexta-feira.

Esta quarta-feira, o líder do CHEGA disse ter sido "informado esta manhã [de quarta-feira] pelo líder parlamentar do PSD que não acompanharia" a proposta na votação em plenário.

Recorde-se que o caso das duas gémeas residentes no Brasil que ad-

quiriram nacionalidade portuguesa e receberam em Portugal, em 2020, o medicamento Zolgensma, com um custo total de quatro milhões de euros, foi divulgado pela TVI, em novembro de 2023, e está ainda a ser investigado pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Entretanto, no passado

dia 4 de abril, a Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS) divulgou um relatório cujas conclusões referem que "não foram cumpridos os requisitos de legalidade no acesso das duas crianças à consulta de neuropediatria" uma vez que a marcação da consulta não cumpriu a por-

taria que regula o acesso dos utentes ao Serviço Nacional de Saúde, objetivamente as normas do "sistema integrado de gestão de acesso dos utentes ao SNS, que exigem a referenciação prévia por um médico do SNS ou do setor privado". Este caso envolve a Presidência da República, que também está referida no relatório, nomeadamente a intervenção de Nuno Rebelo de Sousa, filho de Marcelo Rebelo de Sousa, que solicitou no dia 21 de outubro de 2019, a intervenção do Presidente da República, "tendo sido realizadas várias diligências que culminaram com a remessa do ofício (...), de 31 de outubro de 2019, dirigido ao chefe do gabinete do Primeiro-Ministro, Dr. Francisco André, tendo o Dr. Nuno Rebelo de Sousa sido informado desta remessa". De seguida, o ofício foi enviado para a chefe do gabinete da então ministra da Saúde, Marta Temido. Quanto ao Ministério da Saúde, o relatório afirma que "não há evidências da tramitação da comunicação em análise intra e inter gabinetes do Ministério da Saúde, uma vez que a mesma não foi levada ao conhecimento da chefe do gabinete da então ministra da Saúde, nem objeto de despacho, tendo sido remetida pelo Gabinete de Apoio à Secretaria-Geral. A ministra da Saúde, a sua chefe do gabinete, o secretário de Estado da Saúde (SES) e o seu chefe de gabinete, à data, afirmaram desconhecer tal comunicação." Os inspetores, sublinham, no entanto, que esta ausência de tramitação de comunicação não terá impedido que a situação chegasse ao conhecimento de pelo menos o Secretário de Estado da Saúde (SES), António Lacerda Sales, podendo ler-se que "o SES teve conhecimento do caso após reunião realizada no dia 7 de no-

vembro de 2019" com o filho do Presidente da República, Nuno Rebelo de Sousa, "na qual lhe foi solicitada a colaboração para a obtenção de tratamento com o medicamento Zolgensma".

No relatório afirma-se ainda que "em data por apurar, mas situada entre 7 e 20 de novembro de 2019, o SES solicitou à sua então secretária pessoal que contactasse telefonicamente o Dr. Nuno Rebelo de Sousa, que pretendia que fosse marcada uma consulta para duas crianças no Hospital de Santa Maria, tendo-lhe fornecido o número telefónico para o efeito. Na sequência deste contacto, a secretária pessoal do SES obteve informação, que remeteu para o CHULN de acordo com as orientações do SES, quanto à identidade das crianças, data de nascimento, diagnóstico e datas em que os pais poderiam estar presentes no referido hospital". E conclui que, "deste modo, o acesso das crianças à primeira consulta hospitalar desrespeitou a disciplina constante (...) aplicável à data dos factos, uma vez que o diretor clínico autorizou o agendamento das consultas, o que merece reparo."

Perante estes factos, o CHEGA não teve dúvidas em avançar para uma comissão parlamentar de inquérito, por entender que há diversas entidades que devem dar mais explicações.

Este caso de aparente favorecimento e 'cunha' no tratamento às gémeas brasileiras acontece num contexto em que o SNS se encontra em total rutura, com diversos serviços sem funcionar, milhões de portugueses sem médico de família, consultas com atrasos de meses ou anos e médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde a saírem do sistema público para o privado ou a emigrarem.

MARCELO CONDECOROU SPÍNOLA SEM DIVULGAR PUBLICAMENTE

FONTE AGÊNCIA LUSA

O primeiro Presidente da República depois do 25 de abril, António de Spínola, foi condecorado por Marcelo Rebelo de Sousa no ano passado, sem que a Presidência da República tivesse divulgado o facto, noticiou esta semana o jornal Público. Segundo o jornal, a condecoração póstuma de António de Spínola com o Grande Colar da Ordem da Liberdade, a mais alta insígnia da Liberdade, foi feita a 05 de julho de 2023. No mesmo dia, escreve o Público, foi igualmente condecorado com a mesma discricção o sucessor de Spínola no cargo de Presidente da República, Francisco da Costa Gomes. Marcelo Rebelo de Sousa condecorou todos os membros da Junta de Salvação Nacional, que, além de António de Spínola e Francisco da Costa Gomes, incluía o almirante Rosa Coutinho, o general Jaime Silvério Marques, Carlos Galvão de Melo, Diogo Neto. Todas estas personalidades foram condecoradas a 06 de julho, com um grau inferior: o de Grande Oficial da Ordem da Liberdade. O jornal escreve ainda que a opção de condecorar Spínola "de forma a que fosse quase impossível alguém saber" – é preciso investigar na página das Ordens Honoríficas Portuguesas para obter a infor-



mação – "pode ser interpretada como uma forma de o Presidente evitar uma polémica pública". Ao jornal, fonte da Presidência não explicou por que razão

fez nota pública de algumas condecorações, mas de outras não, como a de Spínola, tendo apenas referido que "todos os condecorados constam do 'site' das Ordens Honoríficas".

GOVERNO GARANTE ESTAR PLENAMENTE COMPROMETIDO COM RESPONSABILIDADE ORÇAMENTAL

FONTE AGÊNCIA LUSA

O ministro da Presidência garantiu esta semana que o executivo está plenamente comprometido com a responsabilidade orçamental, conforme recomendado pelo Conselho das Finanças Públicas, e não esclareceu se o Governo vai apresentar um Orçamento Retificativo. Em conferência de imprensa após a conclusão do Conselho de Ministros, o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, afirmou que o Governo registou as recomendações do

Conselho de Finanças Públicas (CFP), que na terça-feira pediu o cálculo dos custos de medidas como a recuperação do tempo congelado das carreiras especiais da Administração Pública. Leitão Amaro garantiu que o executivo está "plenamente comprometido" com o "objetivo de responsabilidade orçamental". "É efetivamente necessário que o esforço dos portugueses consecutivamente realizados desde 2011 de consolidação das contas públicas, de equilíbrio or-

çamental seja prosseguido, respeitado", disse. Questionado pela comunicação social se o Governo irá apresentar um Orçamento Retificativo, para acomodar algumas das medidas de política para este ano, o governante não esclareceu, assinalando apenas que o Conselho de Ministros aprovou a atualização do Programa de Estabilidade 2024-2028 (num cenário de políticas invariáveis) e irá entregar as Grandes Opções do Plano.

CHEGA VOTA CONTRA MOÇÃO DE REJEIÇÃO



FONTE AGÊNCIA LUSA

O CHEGA vai votar contra a moção de rejeição ao Programa do Governo apresentada pelo PCP e saudou uma "aproximação" em algumas matérias, como combate à corrupção ou fiscalidade, apesar de considerar também que é "muito vago e pouco ambicioso". "O CHEGA vai votar contra a moção de rejeição do PCP", afirmou André Ventura, em declarações aos jornalista, na Assembleia da República. O líder do CHEGA considerou ser "importante que o Governo consiga cumprir as promessas que fez e tenha tempo para poder fazê-las e trabalhá-las nestes próximos meses, não daqui a um ano ou dois". "Ao mesmo tempo, é importante que quem apresenta moções de rejeição compreenda que não há outra alternativa neste quadro parlamentar. Aprovar uma moção de rejeição sem apresentar uma alternativa é o mesmo que dizer ao país ficarão ingovernáveis durante seis ou sete meses, é

pura irresponsabilidade política", justificou. André Ventura considerou ainda que o Programa do Governo é "muito vago e pouco ambicioso, sobretudo tendo em conta os compromissos e as promessas que foram feitas à direita, quer pelo PSD, quer pelo CHEGA, em termos de cumprimento de metas e alcance de objetivos". Como exemplos, o líder do CHEGA referiu que "houve um debate alargado durante a campanha eleitoral sobre a necessidade da revisão do estatuto dos oficiais de justiça, da equiparação do suplemento de missão no caso dos polícias", e que nestas matérias o Governo é "absolutamente vago". André Ventura defendeu igualmente que o documento vai "ao encontro ao que o CHEGA dizia há muito tempo em termos de corrupção, que é a ideia do confisco alargado, que agora entra diretamente no programa", bem como o "aumento de penas".

Opinião

UMA FORÇA DA SOCIEDADE

POR MARIA DO CARMO GOMES
PROFESSORA

No mundo de hoje, o papel da mulher na sociedade está em constante evolução. Face a essa transformação, o partido CHEGA tem defendido as causas do humanismo e do reformismo, combatendo a misoginia, promovendo a igualdade de género e lutando contra a desinformação que alguns gostam de promover sobre o nosso partido. Assim, 'ser mulher CHEGA' não celebra apenas a singularidade feminina, mas também destaca o papel que as mulheres desempenham em todas as esferas da vida. Uma evidência do compromisso do CHEGA com as mulheres é o voto de confiança que nelas deposita. Nesse sentido, o partido tem valorizado a contribuição das mulheres, dentro e fora da esfera política, reconhecendo-as como fundamentais para a implementação dos valores da organização, assim como incentivando a sua participação nos mais variados níveis de ação social.

Ao longo da história, as mulheres têm enfrentado desafios exigentes, desde os direitos básicos ao reconhecimento da sua integridade sócio-política. No entanto, hoje, as mulheres estão a ultrapassar com inteligência e mérito as perceções sociais que, durante demasiado tempo, as mantiveram num segundo plano. Uma evidência deste movimento é o crescente número de mulheres que participam na vida partidária, onde têm encontrado um espaço para expressar as suas opiniões e contribuir para o debate político.

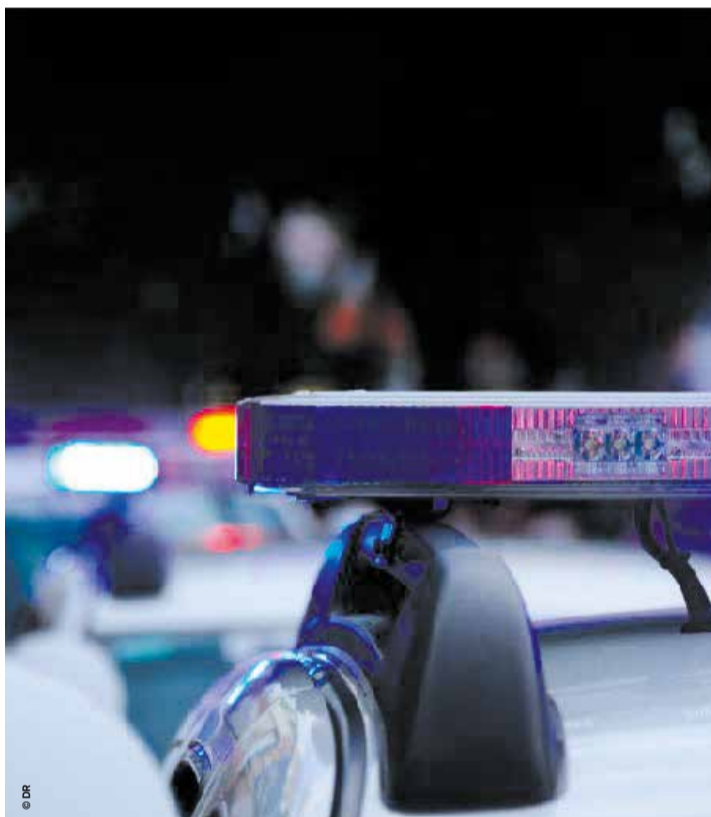
Mais, a presença de mulheres em cargos de liderança partidária, como já ocorre no CHEGA, não só desafia estereótipos infundados, mas também inspira outras mulheres a se envolverem e a procurarem canais pelos quais possam ajudar a recuperar Portugal.

No entanto, enquanto avançamos em direção a uma sociedade mais inclusiva e igualitária, ainda há muito que fazer.

O partido CHEGA tem, de forma empenhada, garantido que todas as mulheres têm voz e uma vez em todas as esferas da vida, quer pública, quer privada. E, se é verdade que a misoginia ainda é uma realidade em muitos lugares do mundo, o partido CHEGA tem sido incansável na defesa de políticas que protegem os direitos das mulheres, promovem a igualdade de género e combatem a violência de género.

Por isso, em conclusão, 'ser mulher CHEGA' é mais do que um lema. É, sim, uma chamada de atenção para reconhecer e celebrar as mulheres em toda a sua diversidade. O partido CHEGA está na vanguarda dessa luta, defendendo os direitos das mulheres e promovendo uma sociedade onde todas as pessoas podem trabalhar, prosperar e alcançar seu potencial, contribuindo para um Portugal maior.

40 ACUSADOS DE OBTENÇÃO INDEVIDA DE SUBSÍDIOS



FONTE AGÊNCIA LUSA

O Tribunal da Guarda ouviu esta semana os primeiros arguidos dos 40 que decidiram prestar declarações no julgamento por alegada fraude na obtenção de subsídios, a decorrer no NERGA – Associação Empresarial, no Parque Industrial da cidade.

Os arguidos são acusados de lesarem o Estado, pois os valores apresentados nos pedidos de pagamento não correspondiam à despesa efetivamente paga por cada uma das faturas.

de. Esta semana realizou-se a segunda sessão deste processo que envolve 149 arguidos, 136 testemunhas e 70 advogados, que pela sua dimensão está a decorrer nas instalações do NERGA – Associação Empresarial da Região da Guarda.

Prevê-se que o julgamento possa decorrer até julho.

Em causa está, de acordo com a acusação, a obtenção indevida de subsídios por parte de empresários e agricultores dos distritos da Guarda e de Castelo Branco, entre 2010 e 2013, pela compra de tratores e outros equipamentos a duas empresas sediadas na Guarda, com financiamento comunitário. As aquisições foram feitas através de projetos de investimento aprovados pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), por intermédio da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC), no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER). Foram investigados 154 projetos de investimento, com faturas emitidas pela empresa MTA (Comércio de Máquinas e Tratores) e pela MAQUIGUARDA (Comércio e Máquinas, Veículos e Equipamentos Lda.)

Os arguidos são acusados de lesarem o Estado, pois os valores apresentados nos pedidos de pagamento não correspondiam à despesa efetivamente paga por cada uma das faturas.

PJ FEZ BUSCAS NA CÂMARA DE CASCAIS DEVIDO A FÁBRICA DE MÁSCARAS

FONTE AGÊNCIA LUSA

A Polícia Judiciária (PJ) realizou esta semana buscas na Câmara Municipal de Cascais relacionadas com a criação da primeira fábrica de máscaras cirúrgicas no concelho no âmbito da pandemia de covid-19, disse à Lusa fonte da autarquia.

A mesma fonte referiu não saber quais os motivos nem os visados nas buscas, mas garantiu que a autarquia está a colaborar com as autoridades. A notícia foi inicialmente avan-

çada pela revista Sábado.

A Câmara Municipal de Cascais, no distrito de Lisboa, lançou em junho de 2020 a produção própria de máscaras destinadas à população.

A autarquia disponibilizou 400 dispensadores com máscaras pelo concelho e distribuiu gratuitamente aos utilizadores de transportes públicos, onde este equipamento era de uso obrigatório na sequência das medidas de prevenção da covid-19.

PORTAS GIRATÓRIAS? JUÍZA TOMOU POSSE COMO SECRETÁRIA DE ESTADO

FONTE AGÊNCIA LUSA

A juíza desembargadora Maria Clara Figueiredo tomou posse como secretária de Estado Adjunta e da Justiça sem precisar de autorização do Conselho Superior da Magistratura (CSM), apesar das reservas no setor relativamente às 'portas giratórias' entre justiça e política. Questionado pela Lusa, o CSM não quis tomar uma posição oficial sobre esta matéria, limitando-se a referir que não foi apresentado pedido de autorização e que o ór-

gão de gestão e disciplina dos juízes foi apenas informado da situação. Para o vice-presidente da Frente Cívica, João Paulo Batalha, a nomeação de juízes para funções governativas e cargos públicos de confiança política "é uma questão sensível" e pode colocar em causa a perceção de independência da magistratura. "Não faz sentido rigorosamente nenhum. Parece que há aqui uma enorme incongruência", criticou João Paulo Batalha

GOVERNO ACUSADO DE IGNORAR RECOMENDAÇÕES SOBRE ABANDONO ESCOLAR

FONTE AGÊNCIA LUSA

Falhas no controlo das matrículas dos alunos ou situações de risco de abandono escolar não detetadas são alguns dos problemas apontados pelos auditores do Tribunal de Contas (TdC), que acusam o anterior Governo de não ter seguido as suas recomendações. O TdC analisou, em 2020, os sistemas de recolha de dados e monitorização do abandono escolar precoce, tendo feito um conjunto de recomendações ao Ministério

da Educação para melhorar as falhas, mas os auditores revelam agora que "não foi acolhida nenhuma das seis recomendações". O relatório da auditoria de seguimento, divulgado esta semana na página 'online' do TdC, diz que "não foram tomadas medidas para suprir as várias insuficiências e deficiências que tinham sido identificadas pela auditoria", assim como as medidas tomadas pela tutela "não produziram os efeitos esperados"

FALTA DE ACORDO ENTRE PARTIDOS COLOCA PRR EM RISCO



FONTE AGÊNCIA LUSA

O Conselho das Finanças Públicas alertou, esta semana, para o risco de falta de acordo entre os partidos para aprovar legislação relativa a marcos e metas previstas no PRR, o que poderia pôr em causa o desembolso de algumas verbas.

No relatório divulgado esta semana sobre perspetivas económicas e orçamentais, a instituição presidida por Nazaré da Costa Cabral apontou entre os riscos internos para as previsões, na sequência da nova composição do parlamento, "a eventual falta de acordo entre os diversos grupos parlamentares quanto à aprovação da legislação referente aos marcos e metas estabelecidos" no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O Conselho das Finanças Públicas (CFP) considera que "a não aprovação desta legislação poderá pôr em causa o desembolso de algumas verbas programadas ao abrigo do PRR", penalizando o investimento, bem como a trajetória projetada para o produto real.

Num cenário de políticas invariáveis, a instituição prevê uma

desaceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,3% em 2023 para 1,6% em 2024, a que se segue uma recuperação para 1,9% em 2025, 2,1% em 2026, seguida de uma taxa de 2% em 2027 e 2028.

Aponta ainda para uma continuidade de excedentes orçamentais até 2028, ainda que

Num cenário de políticas invariáveis, a instituição prevê uma desaceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,3% em 2023 para 1,6% em 2024, a que se segue uma recuperação para 1,9% em 2025

menores do que o verificado em 2023, de 0,5% do PIB em 2024, de 0,6% em 2025, de 0,1% em 2026 e de 0,8% em 2027 e 2028. Entre os riscos elenca ainda a persistência da taxa de inflação em valores acima do objetivo de médio prazo e um novo aumento do preço das matérias-primas energéticas e disrupção das cadeias de distribuição globais.

RENDAS DAS CASAS SUBIRAM 6,9% EM MARÇO DESTE ANO

FONTE AGÊNCIA LUSA

As rendas das casas por metro quadrado aumentaram 6,9% em março face ao mesmo mês de 2023, acelerando face à subida de 6,5% do mês anterior e com todas as regiões a apresentarem crescimentos homólogos, divulgou esta semana o INE. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), em março "todas as regiões apresentaram variações homólogas positivas das rendas de habitação, tendo Lisboa registado o aumento mais intenso (7,2%)". Em termos mensais, o valor médio das rendas de habitação por metro quadrado registou uma variação de 0,9% (1,0% no mês anterior). A região com a variação mensal positiva mais elevada foram o Norte e a Madeira (1,0%), não se tendo observado qualquer região com variação negativa do respetivo valor médio das rendas de habitação. Segundo um barómetro da Associação Lisbonense de Proprietários (ALP), dois em cada 10 proprietários (21,4%) não aumentaram a renda pelo coeficiente de 6,94% permitido este ano por lei e 10% manteve-a por considerar qualquer subida incomportável para os inquilinos. "Apesar de permanentemente diabolizados na opinião pública, 10% destes senhorios mantiveram a renda inalterada, por considerarem que qualquer aumento que fosse seria incomportável



para os agregados de arrendatários", enfatizou a associação. Esta semana também surgiram várias notícias de que um percentual grande de famílias que usufruíam de medidas de apoio

à renda, iam deixar de usufruir deste apoio devido a alteração das regras. A pressão sobre a habitação é cada vez maior em Portugal e urge medidas urgentes por parte do novo Governo.

TRIBUNAL DA UNIÃO EUROPEIA CONFIRMA QUE PORTUGAL TEM DE RECUPERAR VERBAS DA AGRICULTURA

FONTE AGÊNCIA LUSA

Portugal vai ter de recuperar pagamentos feitos no âmbito dos fundos europeus para a agricultura, no valor de mais de 117 milhões de euros, considerou esta semana o Tribunal Geral da União Europeia (UE). No acórdão é rejeitado um recurso, apresentado por Portugal, contra a decisão da Comissão Europeia de excluir um montante de 117.066.097,40 euros relativo a despesas declaradas no âmbito das ajudas "superfície", nos exercícios financeiros de 2016,

2017, 2018 e 2019. A decisão de Bruxelas data de 08 de junho de 2022 e exclui o montante em causa do financiamento da UE no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader). O tribunal Geral concluiu, segundo um comunicado de imprensa, que Portugal "não demonstrou que os cálculos dos montantes a excluir do financiamento da União que tinha proposto eram conformes com a legislação da

União aplicável", considerando que o executivo comunitário "procedeu corretamente ao aplicar uma correção". No âmbito de um inquérito iniciado no decurso do outono de 2015, a Comissão constatou que o sistema de identificação das parcelas agrícolas de Portugal se caracterizava por algumas deficiências. Numa segunda avaliação, no outono de 2018, Bruxelas verificou que as referidas deficiências continuavam a existir, tendo decidido abrir um terceiro inquérito.

PACTO PARA MIGRAÇÕES: O QUE VAI O PARLAMENTO EUROPEU VOTAR?



© DR
FONTE AGÊNCIA LUSA

O Parlamento Europeu votou esta semana o Pacto sobre as Migrações e Asilo, um conjunto de medidas que visa lidar com os números crescentes de chegadas irregulares às fronteiras da União Europeia. O pacto teve esta semana a

votação final, mas só será formalmente adotado após a sua aprovação pelo Conselho Europeu, que deverá decorrer antes de junho, ou seja, antes das eleições europeias. A ser totalmente aprovado, o pacto deverá entrar em vigor e estar ple-

namente operacional dois anos mais tarde, em junho de 2026.

Eis alguns pontos essenciais sobre a nova legislação: Passa a haver uma triagem obrigatória de migrantes para que o processo seja mais simples. Logo na fronteira externa da EU deve haver uma avaliação rápida para determinar se o pedido de asilo pode continuar ou é inadmissível. Enquanto este processo decorre, os requerentes não podem entrar em nenhum Estado-membro, mantendo-se em centros especialmente criados para este processo.

A triagem deverá ser feita em 7 dias e inclui identificação, controlos sanitários e de segurança, bem como a recolha de impressões digitais e registo numa base de dados biométrica (Eurodac). Um Estado-membro pode repatriar um requerente de asilo para um chamado "país terceiro seguro", caso considere que podia ter apresentado aí o seu pedido de proteção.

O pacto estabelece ainda um quadro de apoio aos Estados que enfrentem uma situação de crise migratória, autorizando-os a adaptar medidas excepcionais ou a pedir apoio solidário, embora ambas as situações tenham de ter autorização prévia do Conselho.

“MÁS CONDUCTAS POLICIAIS” COM MINORIAS?



© DR
FONTE AGÊNCIA LUSA

Os Estados-membros da União Europeia têm de reforçar a proibição da discriminação racial e étnica nas leis nacionais e recolher mais dados sobre má conduta policial, defendeu a Agência dos Direitos Fundamentais da UE (FRA). O apelo é feito no primeiro relatório da FRA à escala da União Europeia (UE) sobre o racismo no policiamento, divulgado esta semana, no qual a agência sublinha que a falta de dados nacionais dificulta a avaliação do problema. Embora adiante que as pessoas de etnias minoritárias nos Estados da UE se queixam mais de comen-

tários racistas, de paragens mais frequentes em operações "Stop" e até de violência, a FRA admite não ser possível avaliar a magnitude do problema e conceber respostas eficazes. Além de um reforço antidiscriminação nas legislações, a FRA defende ser essencial recolher dados sobre má conduta policial. Outra das medidas defendidas pela FRA é que seja garantida a supervisão e proteção dos denunciadores. Por outro lado, é necessário também "fornecer formação e aumentar a diversidade" para garantir que as forças policiais representam a sociedade.

BIDEN DIZ QUE POLÍTICA DE ISRAEL PARA A FAIXA DE GAZA É UM “ERRO”

© DR
FONTE AGÊNCIA LUSA

O presidente dos EUA, Joe Biden, manifestou-se esta semana contra a política do primeiro-ministro israelita na Faixa de Gaza, qualificando-a de "erro", e incentivou os dirigentes israelitas à conclusão de um cessar-fogo. "Penso que ele [Benjamin Netanyahu] está a fazer um erro. Não estou de acordo com a sua abordagem", disse Biden, durante uma entrevista à cadeia televisiva de língua castelhana Univision, em resposta a uma questão sobre a condução da guerra por Israel. Este foi dos comentários mais severos do presidente norte-a-

mericano dirigido a Netanyahu, quando os EUA demonstram uma impaciência crescente perante o desastre humanitário em curso no território palestino atacado pelo exército israelita. Considerou ainda "escandaloso" que a coluna humanitária da organização não governamental World Central Kitchen tenha sido tomada como alvo de um ataque israelita, que matou sete membros daquela organização. "Penso que não há qualquer desculpa para não fornecer os medicamentos e a alimentação às pessoas que precisam. Isso deve fazer-se agora", acentuou.



“SITUAÇÃO EXTREMAMENTE GRAVE” EM ZAPORIJA, AVISA AGÊNCIA NUCLEAR

© DR
FONTE AGÊNCIA LUSA

Uma explosão após um suposto ataque com um 'drone' na central nuclear ucraniana de Zaporíjia não prejudicou a sua segurança, mas sublinhou a "situação extremamente grave" na unidade, alertou esta semana a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA). A agência das Nações Unidas, citada pela agência Associated Press, indicou que foi informada de uma explosão na maior central nuclear europeia, situada no sul da Ucrânia e ocupada pela Rússia no início da invasão do país, em

fevereiro de 2022, e que terá sido causa por um ataque com um 'drone' (aparelho aéreo não tripulado), mas não deu mais detalhes. Os ataques mais recentes não comprometeram a instalação, que foi projetada para resistir à colisão de um avião comercial, disse a AIEA. Mas o órgão de vigilância da ONU tem expressado repetidamente que o conflito pode gerar um desastre nuclear, recordando a explosão de um reator em Chernobyl em 1986 no norte da Ucrânia, que projetou radiações mortíferas por uma vasta área.

INE CONFIRMA ACELERAÇÃO DA SUBIDA DOS PREÇOS

A taxa de inflação homóloga ficou-se nos 2,3% em março, 0,2 pontos percentuais acima de fevereiro, confirmou o Instituto Nacional de Estatística (INE). Com arredondamento a uma casa decimal, a taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC) esta quarta-feira avançada pelo INE confirma o valor da estimativa rápida divulgada em 28 de março.

ENFERMEIROS EM GREVE CINCO DIAS EM ABRIL E MAIO

Diversas estruturas sindicais dos enfermeiros convocaram uma greve de cinco dias para o final de abril e início de maio, no continente e ilhas, pela revisão salarial e da carreira e contratação de mais profissionais.

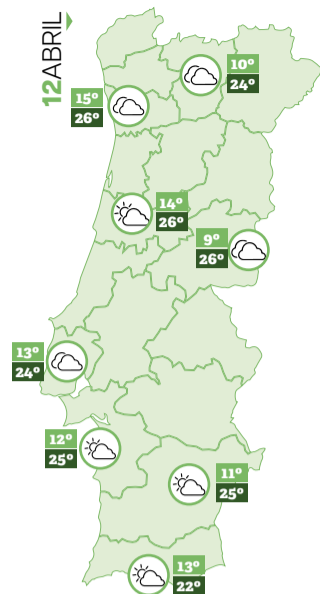
Segundo o pré-aviso publicado esta semana na imprensa, a greve vai decorrer nos dias 26, 29 e 30 de abril e a 02 e 03 de maio.

BES: HERDEIROS QUEREM LEVANTAR BENS ARRESTADOS

Os herdeiros do ex-administrador do Banco Espírito Santo, José Manuel Espírito Santo, que morreu em fevereiro do ano passado, recorrem agora para o Tribunal da Relação de Lisboa (TRL) para conseguir o levantamento dos bens que foram arrestados no âmbito do processo do Universo Espírito Santo.

Insólito da Semana KING-RAÇADO! BRINDES EM VEZ DE CHEDDAR

Este insólito aconteceu em França numa cadeia de 'fast-food', quando um homem e a sua filha foram almoçar. Durante a refeição o homem deparou-se com um brinde no seu hambúrguer, uma caneta. Este, queixou-se ao serviço de apoio ao cliente da Burger King, que após quatro meses de espera, concedeu-lhe uma indemnização "ridícula" de 10 euros, em voucher, para gastar num restaurante da marca.



Meteorologia

VILA REAL	PORTO	COIMBRA	CASTELO BRANCO
sábado 13/04 10° / 20°	sábado 13/04 12° / 20°	sábado 13/04 12° / 20°	sábado 13/04 13° / 21°
domingo 14/04 7° / 19°	domingo 14/04 11° / 18°	domingo 14/04 9° / 19°	domingo 14/04 10° / 20°
segunda-feira 15/04 4° / 15°	segunda-feira 15/04 10° / 17°	segunda-feira 15/04 9° / 17°	segunda-feira 15/04 7° / 17°
LISBOA	SETÚBAL	BEJA	FARO
sábado 06/04 12° / 18°	sábado 06/04 11° / 20°	sábado 06/04 14° / 24°	sábado 06/04 16° / 23°
domingo 14/04 10° / 20°	domingo 14/04 9° / 21°	domingo 14/04 10° / 21°	domingo 14/04 13° / 23°
segunda-feira 15/04 10° / 18°	segunda-feira 15/04 9° / 19°	segunda-feira 15/04 9° / 19°	segunda-feira 15/04 12° / 22°

PORTUGAL REAL

CHEGA EM FARO QUER REFERENDO A CONSTRUÇÃO DE MESQUITA



A Assembleia Municipal de Faro vai discutir, no próximo dia 29 de abril, por proposta da Câmara Municipal a "Constituição de Direito de Superfície a Favor da Associação CIF-Centro Islâmico de Faro, para a Construção de uma Mesquita". Face ao exposto, o CHEGA lembra que o terre-

no em causa é propriedade da autarquia e, assim, é propriedade dos farense que enfrentam dificuldades urgentes que devem ser resolvidas. Uma destas dificuldades é a habitação, razão pela qual o CHEGA defende que o terreno que se pretende ceder para a construção da mesquita seja cedido para

construção de fogos habitacionais a preço controlado. Nesta senda, e por considerar que a discriminação positiva para com esta confissão religiosa seria injusta para as restantes, o partido de André Ventura defende que se dê a palavra aos municípios, propondo, para o efeito, um referendo ao tema.

Abanão



Capture o código QR e acompanhe online



N

O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES, PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PREMÍSSA DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGIR-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÃ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO E DO EDITOR (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUPLI, N.º 12, 1200-725 LISBOA NIF 515 540 420 NÚMERO DE REGISTO ERC 127829 IMPRESSÃO EMPRESA GRÁFICA FUNCHALENSE, S.A. RUA DA CAPELA NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO 50, 2715-311 PERE PINHEIRO SÍTI O FICIAL FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 22 600 UNIDADES